





# Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

Em 29/04/2021 a Companhia procedeu com a quitação antecipada dos empréstimos e debêntures em âmbito do BNDSE, Basa e Itaiti e em consequência referida BNDSE da plena e geral quitação às obrigações assumidas pela Companhia no que tange a garantias concessões, cessão fiduciária, penhor de ações e cláusulas restritivas. (ii) Em 28/04/2021 foi emitida a terceira série de debêntures privadas para o Itaú, BTG de R\$570.000,00 no valor nominal de R\$51.000 cada uma, totalizando R\$570.000,00. As debêntures são conversíveis em ações a serem subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, como garantia real e fiduciária, cujo vencimento se dará em 15/04/2031, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estiverem em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração. Abaixo segue movimentação dos empréstimos e financiamentos.

Table with columns for dates (31/12/2021, 31/12/2020) and rows for Saldo inicial, Captação, Juros provisionados, Amortização de juros, Amortização de principal, Saldo final, and Abaixo segue movimentação das debêntures.

Table showing Debêntures for periods 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, and 2028, with columns for Total and various sub-totals.

10.2. Garantias concessões. • Penhor de 100% das ações ordinárias nominativas da Companhia. • Cessão fiduciária de Direitos Creditórios emergentes da Concessão. 10.3. Cláusulas restritivas ("covenants"). Os principais covenants da Companhia referentes às debêntures estão descritas abaixo: • Declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas contraídas pela Emissora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, locais ou internacionais, com valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

Duplo, em 500 kV, empreendimento de Utilidade Pública. No curso da ação entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021 houve bloqueio no importe de R\$33 milhões, sendo que o montante de R\$17 milhões foi vertido ao réu em função de despacho proferido em fevereiro de 2021, onde no exercício de 2020 fora tratado como provisão para contingência e, consequentemente, baixado contra o depósito judicial visto que não incorrerá em novo desembolso ou risco monetário para a Companhia. Atualmente, o processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com Recurso Especial da Companhia com objetivo de obter anulação de todos os atos praticados a partir da pericial técnica (inclusive), cuja idoneidade é questionada. O recurso goza de efeito suspensivo, efeito este obtido e confirmado desde a fase em que o processo se encontrava no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. A Companhia persegue determinação do STJ para que o efeito suspensivo do recurso seja respeitado e o valor construído seja imediatamente devolvido a Manaus Transmissora. Desta forma, os valores bloqueados judicialmente são integralmente questionados pela Companhia e, pelo fato de a matéria não estar em transitada em julgado, seguimos com tratamento de risco possível do saldo remanescente de R\$16 milhões no qual encontra-se bloqueado em depósitos judiciais (R\$33 milhões em 31/12/2020. (ii) Referir-se a um acordo judicial homologado em 23/07/2020, realizado entre partes para encerrar litígio trabalhista o reconhecimento da extinção do vínculo contratual e empregatício ampla, geral, irrestrita e total quitação em relação à Companhia. (iii) Referir-se a atualização de valores dos processos trabalhistas. (iv) Referir-se, principalmente, às despesas incorridas com reposições florestais, no montante de R\$ 4.043 e R\$ 2.830 referente às taxas ambientais. b) Passivos Contingentes. A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Montante referem-se a uma ação de fornecedor contra a Companhia onde é pleiteado o pagamento de prejuízos sofridos em contrato de empreitada assinado entre as partes decorrentes de descumprimento contratual e cobrança de títulos. Adicionalmente, a redução refere-se ao acordo pago a uma contraparte. (ii) O aumento corresponde a atualização do prognóstico de perda em ações de indenização fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão em linha de transmissão. (iii) Ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade de linha de transmissão. (iv) Referir-se aos autos de infração perpetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho desoluto que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM. Adicionalmente, a redução do saldo quando comparado com o exercício anterior tem relação com a extinção total do lançamento constante de cobrança de PIS/COFINS em discussão administrativa e de adesão ao plano de benefício fiscal nos estados de Belém e Manaus para quitação de cobrança relativa a ICMS, extinguindo a execução fiscal.

Table with columns for 31/12/2021 and 31/12/2020, detailing Deduções da receita, Receita líquida, and Custos e Despesas.

Reserva Global de Reversão – RGR. Contribuição para a formação da RGR e de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da taxa é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035. Pesquisa e Desenvolvimento – PD. As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24/07/2000, distribuídas da seguinte forma: -40% (quarenta por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, -40% (quarenta por cento) para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, -20% (vinte por cento) para o MTE. Em 17/09/2020 foi publicada a Medida Provisória Nº 998 a qual dispõe sobre a aplicação dos recursos em projetos de pesquisa e desenvolvimento e para a eficiência energética. A aplicação dos recursos em projetos de PD observando o limite máximo de setenta por cento do valor total disponível e os recursos não comprometidos com projetos contratados até 01/09/2020 e aqueles relativos a projetos reprovados ou cuja execução não tenha sido comprovada ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. Os recursos do PD têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE. A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica coberta das suas despesas administrativas e operacionais. Em 11/01/2013, a Lei nº 12.783, reduziu a TFSEE equívale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica, para 0,4%. A TFSEE é devida desde 01/01/1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotações mensais.

11. Provisões. Provisão de Fornecedores. Outras Provisões. Circulante. Não circulante.

12. Provisões ambientais. Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais projetos destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros. Sobressalentes. Referem-se à provisão de materiais para realização de atividades para atendimento às condicionantes ambientais. Provisão para riscos tributários,íveis e trabalhistas. A Companhia é parte em processos judiciais de natureza rescisória, trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. Fundiário. Correspondem às ações de natureza fundiária e indenizatória relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. Provisão de fornecedores. Corresponde a provisão de fornecedores de serviços e materiais para reconhecimento em conformidade com a competência. Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for indicada como provável. A Administração da Companhia substancia na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição. As provisões referem-se, substancialmente, a processos trabalhistas relacionados às rescisões de funcionários, reclamantes de horas extras e multas de FGTS. a) Movimentação das provisões

Table showing Provisões ambientais, Sobressalentes, Contingências, Fundiário, Provisão de Fornecedores, Outras Provisões, Circulante, and Não circulante for 31/12/2021 and 31/12/2020.

13. PIS e COFINS diferidos. PIS Diferido. COFINS Diferido. Circulante. Não circulante.

14. Imposto de renda e contribuição social. Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial. IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas. IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa.

15. Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social. Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social. Alíquota nominal. Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação. Doações. Incentivo fiscal IRPJ – SUDAM. Outras adições/exclusões.

16. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício. Diferidos. Alíquota efetiva.

17. Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em pressupostos e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2021 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

Table showing IRPJ e CSLL diferidos for 2022, 2023, 2024, and Após 2024, with Total values.

18. Patrimônio líquido. 18.1. Capital social. Em 31/12/2021 o capital social é representado por 1.115.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Table showing Capital social distribution by type (Acionistas, Evoltiz participações S.A., TPG Seville SPV, LLC) for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7/06/2021 foi deliberado a redução de capital de 20% e reversão a 20% do lucro líquido (mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia proporcionalmente a suas participações acionárias, sem o cancelamento de ações. Em razão da redução o total de ações passou de R\$ 1.255.333 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e três mil e 333) para R\$ 1.115.333 (um bilhão, cento e quinze milhões, trezentos e três mil e 333). 15.2. Reservas de Lucros. a) Reserva legal. Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor. b) Reserva de retenção de lucros. Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral. c) Reserva de incentivo fiscal. Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta despesada em demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente. 15.3. Dividendos. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Lucro líquido do exercício. Reserva legal. Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM. Lucro base para determinação do dividendo % dividendo. Dividendos mínimo obrigatório. Dividendos adicionais propostos. Em 23/03/2022 foi proposto na Reunião de Diretoria Executiva a distribuição adicional de dividendos no montante de R\$49.431 correspondente ao resultado excedente após consideração de reservas e dividendos mínimos obrigatório. 15.4. Lucro por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31/12/2021 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

Table showing Lucro líquido, Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares), Lucro básico e diluído por ação.

16. Receita líquida. Receita bruta. Remuneração do ativo contratual. Receita de operação e manutenção. Receita de reversão tarifária (i). Outras receitas IFRS.

Deduções da receita. Encargos do setor. Outras deduções (iv).

Receita líquida. (i) Referir-se à provisão de receita considerando o reajuste de reversão tarifária evidenciada na nota explicativa 5 e revertido em 2021. (ii) Corresponde a reversão de provisão por indisponibilidades no serviço prestado na linha de transmissão.

Operação e Manutenção - O&M. Receita. Custos (a). Margem (R\$). Margem percebida (%).

17. Custos e Despesas. Custos. Despesas.

Pessoal (i). Serviços de terceiros (ii). Impostos e taxas. Seguros. Recuperação de custos/despesas (iv). Outras despesas.

(i) Em 2021 visando como objetivo a simplificação da estrutura administrativa das transmissoras investidas do Grupo Evoltiz e o cumprimento do regulamento da ANEEL – resolução normativa nº699, foi aprovada a atualização do contrato de compartilhamento de custos e despesas com o critério de acordo com o critério de cobertura e de reversão de custos. O contrato firmado em contrato e cobradas por meio de notas de débito emitidas entre as respectivas partes. (ii) Incremento refere-se basicamente ao gasto de manutenção de estrada de acesso no montante de R\$1,8M. (iii) A redução do custo em relação ao exercício anterior se refere a provisão fundiária de R\$16 milhões constituída em 2020, conforme nota 11a. Adicionalmente, o incremento na despesa refere-se, substancialmente, ao acordo concluído no montante de R\$4 milhões e R\$1,5 milhões referente ao processo fiscal de ICMS-MT em 2021. (iv) A Companhia, detentora de apólice de seguros para danos materiais, pleiteou o ressarcimento das perdas incorridas por danos às instalações e equipamentos em decorrência de um incêndio que atingiu a Subestação Silva no exercício de 2019. Desta forma, em 01/11/2021 a Companhia recebeu o montante de R\$15 milhões de indenização da seguradora e o montante foi reconhecido na rubrica de Recuperação de despesas.

18. Resultado financeiro. Receitas financeiras: Rendimentos de aplicações financeiras. Atualização selic. Outras receitas financeiras.

Despesas financeiras: Juros sobre empréstimos e debêntures. Juros e multas. Outras despesas financeiras (i).

Resultado financeiro. (i) Referir-se principalmente ao valor pago pelo termo de quitação dos empréstimos em abril de 2021, conforme nota 10, no montante total de R\$3 milhões.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.2. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.3. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.4. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.5. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.6. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.7. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.8. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.9. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.10. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.11. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.13. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

19.14. Instrumentos financeiros e gestão de riscos. 19.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos tipos de riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por região, área e sociedade. As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Bancária – CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) risco diluído, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou a CFB. A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos, (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito creditório independente de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo. c) Risco de liquidez. É o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos, financiamentos e debêntures, estão vinculados na nota 11. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses. A Companhia tem empréstimos e financiamentos bancários que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir o pagamento de indenização por danos materiais, bem como a inclusão na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31/12/2021, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures vigentes foram cumpridas. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

Table showing maturity of financial instruments for 31/12/2021, categorized by months (Até 6 meses, De 6 meses a 1 ano, De 1 a 5 anos, Após 5 anos) and Total.

Table showing maturity of financial instruments for 31/12/2020, categorized by months (Até 6 meses, De 6 meses a 1 ano, De 1 a 5 anos, Após 5 anos) and Total.

19.2. Gerenciamento do capital. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de empréstimos menos caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. O índice de endividamento está apresentado a seguir:

Table showing capital management metrics for 31/12/2021 and 31/12/2020, including Divida, Caixa e equivalentes de caixa, Divida líquida, and Índice de endividamento líquido.

Índice de endividamento líquido (Divida líquida/ PL). Divida líquida: a divida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados. A divida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significação padrão. Outras companhias podem calcular a sua divida líquida líquido de maneira diferente desta forma, comparando entre as divulgações. 19.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício. - Cenário I – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário II – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31/12/2022 para o CDI é de 11,65%, conforme expectativa de mercado.

Table showing sensitivity analysis for 31/12/2021 and 31/12/2020, including Valor exposto, Cenário provável I, Cenário provável II, and Cenário provável III.

19.4. Instrumentos financeiros por categoria. Debitores - CDI. Fonte: CDI Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus, em 18/02/2022).

Table showing financial instruments by category for 31/12/2020, including Valor líquido por meio do resultado, Custo amortizado, Valor líquido por meio do resultado, and Custo amortizado.

19.5. Estimativa do valor justo. A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de seguinte hierarquia: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos semelhantes e idênticos. • Nível 2 - Outras informações de preços cotados, incluindo no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado, ou seja, inserções não observáveis. • A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Table showing fair value estimation for 31/12/2021, categorized by Ativos financeiros, Passivos financeiros, and Instrumentos financeiros por categoria.

20. Aspectos ambientais. A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão. A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a legislação ambiental.

21. Seguros. Empreendimento ambiental. Tipo de licença. Data de emissão. Vencimento. LT Oxiramina-Silves-Lechuga. IBAMA. LO nº 1135/13. 19/03/2013. 01/08/2023. A Companhia mantém suas obrigações vinculadas a LO de forma contínua sendo reportado anualmente ao IBAMA por meio do relatório de atendimento às condicionantes.

22. Seguros. A Companhia adota a política de contratação cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

23. Seguros. Seguradora. Ramo. Apólice nº. Vigência. Importância segurada. Prêmio.

Table showing insurance details for Tokio Marine, Chubb Seguros, and Porto Seguro.

24. Conselho de Administração. Igor Romitelli de Queiroz. Hélio Lima Guimarães. Denise Araujo Francisco.

25. Diretoria. Denise Araujo Francisco. Daniel Henrique Lopes Lima.

26. Contador. Leandro Tinoco Campos - CRC - RJ 127494/O-2.

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Manaus Transmissora de Energia S.A., Brasil - DF. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as exigências de independência estabelecidas pelo mesmo. Adicionalmente, acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria. Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31/12/2021, o saldo do ativo de contrato da Companhia e de R\$ 2.205,133 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro em função do fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.